



# Informação e sentidos: uma análise crítica das abordagens quantitativas da informação no regime de informação dominante

## *Information and meanings: a critical analysis of quantitative approaches to information in the dominant regime of information*

Antonio Mario Banchik 

Mestrando em Ciência da Informação

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Brasil

[ambanchik10@gmail.com](mailto:ambanchik10@gmail.com)

Gustavo Henrique de Araújo Freire 

Doutor em Ciência da Informação

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

[gustavofreire@facc.ufrj.br](mailto:gustavofreire@facc.ufrj.br)

### Resumo

O presente artigo discute diferentes abordagens do conceito de informação, enfocando a centralidade da concepção quantitativa no regime de informação dominante. Busca, como objetivo, tecer uma análise crítica sobre a relação entre a organização da informação e o contexto socioeconômico vigente, destacando como o regime de informação se alicerça sobre concepções quantitativas em detrimento de seus valores mais qualitativos e subjetivos. A partir do método indiciário de Carlo Ginzburg, é feita uma revisão teórica ancorada em conceitos da filosofia e da ciência da informação, para explorar indícios de diferentes concepções informacionais e seus usos. A investigação evidencia como a prevalência quantitativa da informação influi sobre os processos de conhecimento, relações sociais e econômicas, salientando os impactos políticos e ideológicos dessa configuração informacional. Conclui-se que é essencial equilibrar as dimensões qualitativas e quantitativas no campo informacional, para promover ao regime de informação dominante um uso mais ético e holístico da mesma.

**Palavras-chave:** regime de informação; digitalização; políticas de informação; *big techs*.

### Abstract

*The present article discusses different approaches to the concept of information, focusing on the centrality of a quantitative conception in the dominant regime of information. Its objective is to provide a critical analysis of the relationship between the organization of information and the current socioeconomic context, highlighting how the regime of information is grounded in quantitative conceptions to the detriment of its more qualitative and subjective values. Based on Carlo Ginzburg's evidential paradigm, a theoretical review anchored in concepts from philosophy and information science is conducted to explore clues of different informational conceptions and their uses. The investigation highlights how the quantitative dominance of information influences knowledge processes, as well as social and economic relations, emphasizing the political and ideological impacts of this informational configuration. It concludes that balancing the qualitative and quantitative*



doi: [10.28998/cirev.2024v11e18312](https://doi.org/10.28998/cirev.2024v11e18312)

Este artigo está licenciado sob uma [Licença Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Submetido em: 10/07/2024

Aceito em: 20/12/2024

Publicado em: 24/12/2024

*dimensions in the field of information is essential to promote a more ethical and holistic use within the dominant regime of information.*

**Keywords:** *regime of information; digital; information policies; big techs.*

## 1 INTRODUÇÃO

A busca por um conceito de informação definitivo permanece como um desafio epistemológico, especialmente para os pesquisadores do campo informacional. Estudiosos de outras áreas do saber podem supor obter a resposta na ponta da língua, ou mesmo não considerar tal questão problemática. Questionando-se, porém, se a desinformação é considerada uma forma de informação; ou sobre o que diferencia informação de “documento”, “dado”, ou “conhecimento”, se faz notável que se trata de uma questão filosófica, e de que as respostas nada mais são do que insumos para novas perguntas.

Na Ciência da Informação, que tem na informação o seu objeto de estudo e prática profissional, essas questões permeiam as discussões entre pesquisadores da área desde a sua origem. A abrangência do conceito justifica sua complexidade: a informação é constitutiva para a sobrevivência e adaptação das espécies. No caso da espécie humana, suas formas de organização acompanham necessariamente as transformações ideológicas, sociais e políticas.

Entre as incontáveis teorias que distinguem o conceito, o presente trabalho propõe uma investigação que separa concepções quantitativas daquelas que prezam por visões mais qualitativas da informação. Utilizando-se desse intuito como um fio condutor, a seleção dos autores seguiu um critério de relevância teórica entre os que possuem aportes significativos para caracterizar a informação de forma instrumental, atrelada a valores mais racionais e quantitativos, assim como aqueles que criticam tal concepção partindo de um ponto de vista dialético, em obras filosóficas e científicas.

Tratando-se de uma construção argumentativa conceitual e histórica, não foram adotados nesta pesquisa marcos temporais ou base de dados específicas, uma vez que o trabalho não se configura como um Estado da Arte ou um Estado do Conhecimento. Em vez disso, resulta de uma pesquisa teórica desenvolvida no âmbito de uma dissertação acadêmica.

Objetivando atender às especificidades teóricas deste artigo, foi selecionado o método indiciário de Carlo Ginzburg (1989) para selecionar os indícios que relacionam uma abordagem quantitativa da informação ao regime informacional dominante. O método serve como uma ferramenta analítica que possibilita decifrar, através de pistas inicialmente consideradas de menor relevância, os indícios que apontam para a construção de uma narrativa maior em questão. Ele explora fragmentos e sinais, submetendo-os a uma análise crítica que amplia a compreensão dos fenômenos estudados. Dessa forma, os conceitos selecionados e as teorias analisadas podem ser associados, visando desvelar como tal configuração do trato informacional se torna imprescindível aos ordenamentos políticos e sociais contemporâneos.

Consequentemente, foi trilhada uma análise interpretativa voltada para os conceitos filosóficos que evidenciam afinidade às concepções quantitativas da informação, atribuindo-se maior importância àqueles que mais se assemelham ao atual regime de informação dominante — conceito caro à Ciência da Informação e que será desenvolvido no decorrer do trabalho — enfatizando a necessidade de repensar sua configuração.

## 2 O POSITIVISMO LÓGICO E A ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

No seminal “História da Filosofia”, publicado em dois volumes pela primeira vez em 1929, Will Durant contempla à Aristóteles a criação da lógica como um método, como forma de se pensar com assertividade: “É a lógica o método de todas as ciências, disciplinas e artes, a própria música a admite” (Durant, 1959, p. 74). Cabe ressaltar, todavia, que o estudo da lógica e do raciocínio antecede “O Filósofo”, como à Aristóteles se referia São Tomás de Aquino, e possui grandes contribuições de Parmênides e Zenão De Eleia, da chamada Escola Eleática, ambos críticos profundos do mobilismo de Heráclito em defesa do uno, contínuo, indivisível, e, principalmente, do imutável.

Enquanto em todas as palavras de Heráclito exprime-se a imponência e a majestade da verdade, mas da verdade apreendida na intuição, não da verdade galgada pela escada de corda da lógica; enquanto ele em um êxtase sibilino vê, mas não espia, conhece mas não calcula, aparece ao lado seu contemporâneo Parmênides, como um par; igualmente com o tipo de um profeta da verdade, mas como que formado de gelo, não de fogo, vertendo em torno de si uma luz fria e penetrante (Nietzsche, 2008, p. 34).

Para Heráclito, tudo começa e termina em fogo, o que situa a analogia feita por Nietzsche quando refere-se à Parmênides como formado por gelo. Enquanto pela filosofia de Heráclito se observa a realidade de uma forma associada à intuição, cuja compreensão da verdade é captada através do imediato, sem necessidade de deduções ou cálculos racionais, a abordagem de Parmênides é vista como indicativa de um método mais frio e racional, e, por conseguinte, lógico, como ilustra-se através de sua célebre frase: “O ser é, o não ser não é”. Disposta defronte do aforismo de Heráclito “É na mudança que as coisas acham repouso” se faz notável a origem de um conflito filosófico que se torna predominante no desenvolvimento da ciência ocidental.

A abordagem racional e lógica de Parmênides pode ser vista como precursora do método cartesiano do “*cogito, ergo sum*” responsável pelos fundamentos do positivismo científico que se desenvolve com Auguste Comte e Gabriel Tarde, e se evidencia como modelo pioneiro para formalização dos estudos de informação (Bezerra; Saldanha, 2013). Bezerra e Saldanha (2013) reforçam a forma que o positivismo como modelo científico de conhecimento busca encontrar regularidades sociais que possam ser tratadas como leis:

À consolidação das chamadas *hard sciences*, no século XIX, seguiu-se a preocupação de também cimentar os estudos dos aspectos sociais do mundo humano a partir de uma abordagem que fosse considerada legitimamente “científica”. A forma encontrada pelos cientistas que se ocupavam do comportamento humano naquela época foi descobrir e catalogar, tal como vinham fazendo os físicos, astrônomos, químicos e biólogos, determinadas leis que pudessem explicar não a causa, mas sim a regularidade dos fenômenos que observavam – no caso, as ações e o comportamento dos indivíduos em sociedade (Bezerra; Saldanha, 2013, p. 39).

No início do século XX, a neutralidade positivista, dotada da capacidade de conceituar práticas sociais como leis universais, encontra, junto à linguagem, os fundamentos do que se vem a chamar de “neopositivismo” ou “positivismo lógico”, através da filosofia do primeiro Wittgenstein e dos filósofos que compõem o Círculo de Viena. Segundo estes, a compreensão filosófica é dada através da análise e clarificação dos

conceitos que fundamentam as expressões filosóficas, bem como pela capacidade dessa explicitação de dialogar criticamente com outras expressões do pensamento. A validade de uma determinada análise será confirmada na medida em que ela se mostre superior ao ser confrontada com diferentes posições filosóficas.

Battista Mondin (1982) apresenta uma divisão tricotômica das funções da linguagem. São elas: uma “função descritiva ou cognitiva ou denotativa ou representativa ou simbólica”, uma “função emotiva, performativa, existencial ou pessoal”, e, por último, a “comunicativa ou intersubjetiva”. Não se pretende, aqui, trazer todas as diferenças concernentes a tais concepções. Todavia, na obra do autor, podem ser encontrados outros importantes indícios sobre essa racionalidade quase matemática que permeia o pensamento dos positivistas lógicos.

O autor explicita que a corrente neopositivista se insere na função descritiva da linguagem, e deixa claro que esta “dá valor absoluto à função denotativa (descritiva, cognitiva, objetiva) e condena como insignificantes e carentes de sentido as outras funções”. Logo em seguida, afirma: “Isso prescreve reconhecer significado somente às proposições que são traduzíveis em uma cadeia de dados sensitivos” (Mondin, 1982, p.142).

Wittgenstein é conhecido por criticar de forma contundente as ideias que defende através de sua única obra publicada em vida, o *“Tractatus Logico-Philosophicus”*, o que explica o fato do mesmo ser referido como “primeiro” ou “segundo” Wittgenstein, sendo papel do segundo revisar a ideia de que seria possível elaborar uma linguagem perfeita, que espelha os fatos do mundo com total precisão. Bertrand Russell (2002) deixa claro tal mudança de opinião:

Wittgenstein repudia completamente a sua obra lógica anterior, o *Tractatus*. Naquele tempo, parecia-lhe possível analisar todas as declarações decompondo-as em seus constituintes simples e últimos, que não podem ser mais divididos. Às vezes essa teoria é chamada de “atomismo lógico” e tem muito em comum com doutrinas racionalistas anteriores de elementos últimos e simples. É a base de todas as tentativas de elaboração de uma linguagem perfeita, que expressará tudo com total precisão, nos seus últimos anos, Wittgenstein nega a possibilidade de se construir tal linguagem. Jamais conseguiremos eliminar completamente a confusão (Russell, 2002, p. 448).

A “tentativa de elaboração de uma linguagem perfeita, que expressará tudo com total precisão” procura, portanto, eliminar toda ambiguidade e incerteza. Tais características estão intimamente ligadas à organização da informação, temática central na área da Ciência da Informação, e também ao funcionamento das tecnologias de informação e comunicação (TIC) na sociedade atual, principalmente na extração e no tratamento dos dados gerados ininterruptamente por seus usuários. Será utilizado, em seguida, o conceito de regime de informação (RI) para explicitar como a configuração da informação no ambiente digital sugere uma potencial “vitória do neopositivismo”.

### **3 O REGIME DE INFORMAÇÃO DOMINANTE**

O termo “regime de informação” foi utilizado de forma pioneira por Frohmann em 1995 para denunciar uma limitação da área da Ciência da Informação. O filósofo argumentava que “a política de informação (PI), como é apresentada na literatura de ciência da informação e biblioteconomia (LIS), sofre de algumas suposições limitantes que

obscurcem questões políticas centrais relativas ao poder sobre a informação”<sup>1</sup>. Frohmann propõe, então, a adoção do termo para representar “qualquer sistema ou rede mais ou menos estável em que a informação flua por canais determináveis – de produtores específicos, por meio de estruturas organizacionais específicas, até consumidores ou usuários específicos”<sup>2</sup>.

Maria Nélide González de Gómez, que produziu vasta literatura sobre o tema, acrescenta que:

Entendemos aqui por ‘regime de informação’ o modo de produção informacional dominante numa formação social, que define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição. Um “regime de informação” desdobra-se, logo, num conjunto de redes formais e informais nas quais as informações são geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios, canais e organizações a diferentes destinatários ou receptores de informação, sejam estes usuários específicos ou públicos amplos. Em síntese, um regime de informação se caracteriza por sua complexidade e sua não transparência imediata, por nele ocorrerem conflitos, vontades plurais e efeitos não desejados (González de Gómez, 1999, p.27).

O conceito de regime de informação permite observar e analisar as complexas interações e influências que concernem o uso da informação, especialmente em sua relação com a política de informação, constituindo-se como uma ferramenta para analisar como essas relações podem moldar a sociedade. Propondo o RI como um conceito metodológico-relacional-pragmático, Gustavo Freire (2021) identifica três elementos essenciais do regime de informação que auxiliam suas análises: os atores sociais (humanos e não humanos), que são responsáveis pela geração e recepção de informação; os artefatos de informação (sintáticos e semânticos), que correspondem aos conteúdos e espaços em que as informações estão inseridas, organizadas e disponibilizadas, e os dispositivos de informação, que, por sua vez, são os elementos responsáveis pelas normas e regras que regem um regime de informação.

A hipótese aqui trabalhada, utilizando-se dos elementos conceituais de Freire (2021), sugere que o grande volume de dados digitais, no regime de informação dominante<sup>3</sup>, apesar de também ter relação com artefatos semânticos, estão mais relacionados aos sintáticos, visto que só irão ganhar significado a partir de seu ordenamento e organização, ou seja, quando se transformam em informação. Esse processo possibilita o uso destes de forma pragmática, intrinsecamente ligada à lógica mercadológica e política, em detrimento de suas dimensões semânticas, em que a forma importa mais do que a matéria.

A própria forma como a comunicação digital é exercida através das tecnologias de informação e comunicação (TIC), cuja linguagem se faz acessível por meio de aplicativos e plataformas universalizadas junto ao modelo de tratamento, organização e ordenação dos dados no espaço digital que obscurece os entes mediadores e pode debilitar gravemente a democracia (Morozov, 2018), sustenta-se a partir de preceitos muito semelhantes àqueles

---

<sup>1</sup> Tradução feita pelo autor.

<sup>2</sup> Tradução feita pelo autor.

<sup>3</sup> Adota-se aqui a terminologia “regime de informação dominante” com base na passagem anteriormente citada de Maria Nélide González de Gómez (1999), assim como as importantes contribuições de Sandra Braman (2004).

defendidos pelo positivismo lógico. As próprias definições de algoritmos segundo Forbellone e Eberspächer (2005) poderiam ser utilizadas para descrever o método filosófico do primeiro Wittgenstein e do Círculo de Viena: “Um algoritmo pode ser definido como uma sequência de passos que visam a atingir um objetivo bem definido”, “Na medida em que precisamos especificar uma sequência de passos, é necessário utilizar ordem, ou seja, ‘pensar com ordem’, portanto precisamos utilizar a lógica”. Também nos algoritmos, não há espaço para a ambiguidade ou incerteza.

No contexto da datificação e plataformização inextricáveis dos regimes de informação na sociedade contemporânea, é primordial a consideração dos entes responsáveis por sua manutenção. Arthur Bezerra (2023, p. 5) destaca que “o novo regime de informação do capitalismo da era digital tem como característica inequívoca o fato de ser capitaneado por grandes corporações multinacionais”, o que evidencia que a lógica responsável por gerir a informação no ambiente digital é a do capitalismo financeiro, buscando, em última instância, responder ao interesse das grandes corporações multinacionais que visam o lucro e a progressiva acumulação do capital. Comumente chamadas de “*big tech*”, tais corporações possuem valor de mercado superior ao PIB de muitos países.

#### 4 A CONCEPÇÃO DIALÉTICA DE ANTHONY WILDEN E ÁLVARO VIEIRA PINTO

Lucien Sfez (2007) separa epistemologicamente a comunicação entre “representativa” ou “expressiva”. A primeira considera os aparatos tecnológicos como um poder instrumental, a que o homem exerce seu domínio; se detém em um ponto de vista técnico, tendo maior aproximação com a Teoria Matemática da Comunicação de Claude Shannon e Warren Weaver. Pode-se atribuir à “comunicação representativa” um caráter pitagórico da informação, em que quantidade se sobrepõe à qualidade e as relações numéricas são mais determinantes, em detrimento do valor semântico.

A “comunicação representativa” é denominada de tal forma por supostamente representar a realidade, ou seja, replicá-la em outro plano, de forma exata, o que remete mais uma vez à “linguagem perfeita, que espelha os fatos do mundo com total precisão”. Esta concepção do mundo informacional se opõe às que consideram as formas de subjetivação do homem, defendidas tanto pela “comunicação expressiva” de Sfez quanto pela “função comunicativa” de Mondin. Descrevendo esta, Mondin (1982, p.144) salienta que “é bastante fácil frisar que a linguagem humana não tem apenas e nem mesmo principalmente valor por causa de sua função cognitiva (descritiva ou denotativa)”.

Anthony Wilden (2001, p. 80) acusa que, dentro do sistema socioeconômico vigente, cujo RI dominante é ilustrado pela indissociável influência das *big techs* e da datificação, a “obtusidade à aplicação e à compreensão das relações informacionais”, é assegurada por uma “atitude refratária ao seu uso no interesse de sobrevivência a longo prazo”. Em busca de ilustrar toda a subjetividade, abrangência e ambiguidade que uma vez já contemplou as “relações informacionais” faz-se válido retornar aos gregos.

No “Dicionário Básico de Filosofia” de Hilton Japiassu e Danilo Marcondes (2008, p. 349), o termo *logos* é definido da seguinte forma: “conceito central da filosofia grega que possui inúmeras acepções em diferentes correntes filosóficas, variando às vezes no pensamento de um mesmo filósofo”. No grego clássico, portanto, “equivale a ‘palavra’, ‘verbo’, ‘sentença’, ‘discurso’, ‘pensamento’, ‘inteligência’, ‘razão’, ‘definição’ etc.” Entende-se que a abrangência de significado empregada pelas sociedades antigas ao que se entende

por “palavra”, incluía-se uma camada ontológica, ligada não somente à dimensão prática de seu uso, como também àquilo que desta transcendia. Interessante notar que tal fenômeno não é exclusivo da antiga civilização grega. Em “Linguagem e o Mito”, Ernst Cassirer demonstra tal concepção em valiosa série de exemplos:

A conexão original entre a consciência linguística e a mítico-religiosa se expressa principalmente no fato de que todas as estruturas verbais também aparecem como entidades míticas, dotadas de certos poderes míticos, de modo que a Palavra, na verdade, se torna uma espécie de força primordial, na qual todo o ser e o fazer se originam. Em todas as cosmogonias míticas, desde o início que se pode traçar, essa posição suprema da Palavra é encontrada. Entre os textos que Preuss coletou entre os índios Uitoto, há um que ele apresentou como um paralelo direto à passagem de abertura de São João e que, em sua tradução, certamente parece se encaixar perfeitamente: ‘No início’, diz, ‘a Palavra deu origem ao Pai’ (Cassirer, 1946 p. 45, tradução nossa).

Anthony Wilden (2001, p. 81) faz uso da passagem de Cassirer sobre os índios Uitoto para reforçar que “interessa-nos, não o antropomorfismo dos vários deuses criadores, mas a ideia global da comunicação orgânica e holística que estão na base dos mitos”. Para esses índios, assim como outras culturas que Wilden faz menção, a palavra atua ativamente na formação da realidade; ela compreende, simultaneamente, ordem e desordem no cosmos, “uma não se manifesta sem a outra”.

Em expressiva passagem que valoriza a subjetivação intrínseca à informação e à linguagem, Barbotin escreve:

Assim, a partir de coisas que são estranhas umas às outras, meu olhar cria uma coleção, estabelece uma ordem e molda um mundo; como o raio luminoso de um farol, ele desenha esse cosmos a partir de sua escuridão. Mas o espetáculo tem plena validade apenas para mim; é difícil, às vezes, fazer com que outro “visualize” isso, isto é, que ele direcione seu próprio olhar para isso. Cada pessoa é única, e assim é sua visão do mundo. Por mais antigo que seja o universo, ele renasce, como em uma fonte da juventude, no olhar de cada criança que o abre pela primeira vez (Barbotin, 1975, p. 249, tradução nossa).

A informação apreendida de forma holística, isto é, considerando não apenas a subjetividade humana, mas toda sua cosmologia em diferentes dimensões materiais, só pode ser conceitualizada através da dialética. Essa compreensão do conceito de informação é defendida por Anthony Wilden (1987, 2001) e Álvaro Vieira Pinto (2005). A seguinte passagem de Wilden ilustra tamanha abrangência do que se entende, nesta corrente de pensamento, por informação:

Informação é característica de sistemas vivos e abertos - organismos, populações, pessoas, classes, sociedades, sistemas que envolvem ou simulam vida ou mente, e os sistemas de valores que surgem a partir deles. Os sistemas abertos dependem de trocas de matéria, energia e informação com seus ambientes para existir. Nos sistemas abertos, a informação é utilizada para acionar, guiar, estruturar e organizar as trocas e transformações de matéria e energia dentro do sistema aberto e entre o sistema e seu ambiente. A informação também organiza a informação. Em sistemas abertos, a informação de um tipo, ou em um nível, é utilizada para ler, pontuar, traduzir, editar, reproduzir, armazenar e lembrar informações de outros tipos, ou em outros níveis. Em tais sistemas, a informação governa o crescimento, o metabolismo, a produção, o consumo e a reprodução. (Wilden, 1987, p. 71-72, tradução nossa).

Em passagem muito parecida sobre o conceito de informação, o brasileiro Álvaro Vieira Pinto também deixa claro:

Se, porém, examinarmos em amplitude o processo lógico de que se gera o conceito, temos de ir à formas mais gerais de movimento da matéria, às reações inorgânicas do mundo físico, depois, já em plano mais complexo, às formas de relacionamento da matéria tornada viva, nos seres vegetais e minerais, subindo em escala progressiva de complexidade e clareza relativas até a completa realização na condição existencial do ser humano na esfera da consciência (Vieira Pinto, 2005, p.31).

Assim como o *logos* grego, a informação, para Vieira Pinto e Wilden, compreende a totalidade. Uma conceituação de informação balizada apenas em probabilidades, como a de Shannon e Weaver, ao quantificar a mensagem e se prestar de fórmulas matemáticas para representar seu conteúdo, ignora sua essência e subjugua o processo histórico do conhecimento e da interpretação. Contrapondo tal interpretação aos métodos dialéticos, Vieira Pinto (2005) a ela se refere como interpretação formal da realidade, dotada apenas de utilidade prática válida aos processos maquínicos, configurando uma abstração da totalidade do que seria o “único apoio seguro sobre o qual deve edificar-se a teoria da informação nos seres vivos e nas máquinas”, “levando em conta o reflexo dos corpos, fenômenos e relações do mundo exterior” (2005).

O autor oferece, então, explicações pelas quais tal delimitação epistemológica pode ser “voluntária”: a facilitação na formação técnica do cibernético e a ocultação de desdobramentos ideológicos que a simples análise do conteúdo científico e do emprego prático, industrial, desses maquinismos acarreta (2005). À luz de Maria Nélide González de Gómez (1993) encontra-se justificativa que conjuga ambas suposições como favoráveis aos detentores da informação e da ideologia dominante:

O efeito globalizador dos mercados e tecnologias de informação pressupõe a vigência de uma premissa epistemológica de máximo alcance, que assegure condições de uniformidade linguísticas ou lógicas de uso da informação, ou seja, que ocupe o lugar que, no primeiro paradigma da modernidade, fora preenchido pela institucionalização dos modelos de ação racional.

A demanda de equivalência formal dos indivíduos, que fora condição da construção de uma nova esfera política burguesa, é agora substituída pela demanda mercadológica de equivalência formal de todos os componentes dos mercados da informação: dos códigos, das mensagens, dos modelos da realidade que organizam os programas, os sistemas de conhecimento e as estruturas cognitivas de emissores e receptores (González de Gómez, 1993, p. 217-222).

Mais uma vez pode-se observar as fundamentações do positivismo lógico funcionando como âncoras que sustentam as demandas da globalização, quando González de Gómez se refere às “condições de uniformidade linguísticas ou lógicas no uso da informação”, e uma “equivalência formal de todos os componentes dos mercados da informação”.

Em seus textos presentes na Enciclopédia Einaudi, no volume sobre comunicação e cognição, Wilden (2001) apresenta e faz uso de duas concepções de informação: analógica e digital. A primeira estaria associada ao significado, campo da diferença de grandeza, frequência, modelo ou distribuição, sem uma definição clara de limites, enquanto a concepção digital é campo da distinção: trata de elementos distintos, com saltos ou



fronteiras mais claras entre as unidades, e relacionada, portanto, à significação. Essas noções se tornam interessantes para entender como o pensamento do autor se conjuga com o uso da informação em esfera global:

Estas abordagens tendiam a subordinar o comportamento à razão e a fazer da comunicação um subconjunto de linguagem, lógica analítica e matemática. Como se disse, com o alargamento da digitalização na ciência e na sociedade, o próprio organismo e a pessoa passam a ser considerados como elementos discretos, tendo como resultado institucionalizar a alienação do organismo, do indivíduo e do sistema social dos seus ambientes. Naturalmente, isto é também um sintoma da atual organização das relações sociais no processo econômico. Igualmente sintomática é a atual alienação do saber face ao conhecimento e ao reconhecimento (Wilden, 2001, p. 128).

O que Wilden chama de “alargamento da digitalização na ciência e na sociedade” leva à significação e delimitação de conceitos bem definidos, característica da lógica cartesiana positivista, que Álvaro Vieira Pinto chama de lógica formal. Em função da ciência, os “observadores tornaram-se agora sujeitos e as relações que eles observam tornaram-se objetos”, o “sujeito coloca-se agora fora do campo da observação e do próprio objeto observado”. Esse processo reduz o objeto à uma abstração de suas características em razão de uma utilidade científica ou de valor mercantil (Wilden, 2001).

Uma breve passagem que explicita a histórica adoção do racionalismo e da lógica formal no fazer da ciência se traduz nas palavras de Fritjof Capra:

O próprio Descartes esboçara as linhas gerais de uma abordagem mecanicista da física, astronomia, biologia, psicologia e medicina. Os pensadores do século XVIII levaram esse programa ainda mais longe, aplicando os princípios da mecânica newtoniana às ciências da natureza e da sociedade humanas. As recém-criadas ciências sociais geraram grande entusiasmo, e alguns de seus proponentes proclamaram terem descoberto uma “física social”. A teoria newtoniana do universo e a crença na abordagem racional dos problemas humanos propaga-se tão rapidamente entre as classes médias do século XVIII, que toda essa época recebeu o nome de Iluminismo (Capra, 1988, p. 63).

Em decorrência desses efeitos, a lógica mercantilista e sua ciência supostamente neutra e objetiva se apoderaram das formas de reprodução de conhecimento e cultura, fazendo perpetuar uma ideologia epistemologicamente mais ligada às análises quantitativas que as de natureza qualitativa- subjetiva da informação.

## 5 DA BIOPOLÍTICA À PSICOPOLÍTICA

A partir dos indícios desenvolvidos ao longo do texto, torna-se visível que há uma relação clara entre as concepções mais quantitativas concernentes à informação e a manutenção do sistema socioeconômico vigente, pelas formas como o RI dominante busca garantir estabilidade ao poder hegemônico. Todavia, a íntima ligação entre a política, o poder e a informação quantitativa não constitui nenhuma novidade.

Na segunda metade da década de 1970, Foucault<sup>4</sup> começa a desenvolver o que chama de “biopolítica”, ao longo dos cursos ministrados no *Collège de France*. A biopolítica,

---

<sup>4</sup> Vale ressaltar, neste ponto, que o próprio conceito do regime de informação possui inspiração foucaultiana, conforme salienta González de Gómez (1999).

em seu pensamento, pode ser resumida à uma nova tecnologia de poder, que desenvolve seu protagonismo posteriormente ao poder soberano e ao poder disciplinar. Seu mote é o “fazer viver e deixar morrer”, o que é garantido através da gerência de “um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, etc”. Aqui, novamente, encontra-se nos números e na estatística uma importância fundamental para o exercício da política e do poder.

A informação, que em sua fase pré-cultural não possui finalidade, torna-se, com a passagem ao plano da cultura, “não apenas um bem de consciência individual, mas igualmente um instrumento de ação do homem sobre o mundo e sobre seus semelhantes”, até que, em última instância, “passa a influir no comportamento humano e com grande frequência a dirigi-lo” (Vieira Pinto, 2005, p. 191). A direção do comportamento humano em função da informação atingiu uma escala nunca antes vista com a atual quase dependência humana dos meios digitais. O que Byung Chul-Han (2018, p. 131) chama de psicopolítica retrata o momento em que a vigilância digital “está em condições de intervir nos processos psicológicos”.

O filósofo sul-coreano não carece de pensadores que corroboram sua crítica. Shoshana Zuboff (2019, p. 21) diz que “o capitalismo de vigilância reivindica de maneira unilateral a experiência humana como matéria-prima gratuita para a tradução em dados comportamentais”; “Ele sabe tudo sobre nós, ao passo que suas operações são programadas para não serem conhecidas por nós (Zuboff, p. 25). Evgeny Morozov (2018) no seu livro que é um compilado de artigos sobre o tema, “A Ascensão dos Dados e a Morte da Política” reforça:

A premissa-chave do extrativismo de dados é a de que os usuários são estoques de informações valiosas. As empresas de tecnologia, por sua vez, concebem formas inteligentes de nos fazer abdicar desses dados, ou, pelo menos, de compartilhá-los voluntariamente. Para as empresas, tais dados são essenciais para viabilizar modelos de negócio baseados na publicidade - com dados em mais quantidade e de melhor qualidade, elas conseguem gerar mais publicidade por usuário - ou para desenvolver formas avançadas de inteligência artificial centradas no princípio do “aprendizado profundo”; neste caso, é útil sobretudo a diversidade das entradas de dados - e a capacidade de arregimentar milhões de usuários para ensinar diferentes comportamentos à máquina (Morozov, 2018, p. 165).

O fetiche pela inovação serve como uma forma de mascarar o controle estabelecido mediante o mundo digital. Isso ocorre porque a extração e análise de dados pessoais são realizadas muitas vezes sem consentimento explícito dos indivíduos. O homem digital acredita que é livre, enquanto o é para servir ao outro. A redução dos indivíduos ao seu comportamento *online* torna mais tangível sua representação em dados e, por conseguinte, subserviência ao sistema capitalista vigente, ao passo que o faz acreditar operar sua própria liberdade ou caminhar à direção de tornar-se o chefe de si mesmo, *slogan* característico de empresas que induzem a plataformização do trabalho conquanto disfarce de sua precarização.

Em 1921, Sigmund Freud lança “Psicologia de Grupo e a Análise do Ego”. Em seu livro, com auxílio de Gustave Le Bon, conhecido por escrever “Psicologia das Massas” (1895), explica a psicologia dos grupos com base em alterações na psicologia da mente individual. Através de Freud, é perceptível notar que entre as características principais das “massas” descritas por Le Bon, constam: a impulsividade do grupo, a ausência de um senso crítico em detrimento de um agir conjunto e uma incapacidade de raciocínio individual.

Le Bon pensa que os dotes particulares dos indivíduos se apagam num grupo e que, dessa maneira, sua distintividade se desvanece. O inconsciente racial emerge; o que é heterogêneo submerge no que é homogêneo. Como diríamos nós, a superestrutura mental, cujo desenvolvimento nos indivíduos apresenta tais dessemelhanças, é removida, e as funções inconscientes, que são semelhantes em todos, ficam expostas à vista (Freud, 1921, p.97).

Tais concepções levam a crer que é essencial à massa o fortalecimento do caráter coletivo do grupo, a união de seus participantes em um “nós” que sobressai ao “eu”. A globalização na era digital, entretanto, cria meios que divergem completamente dos juízos de massa supracitados. Byung-Chul Han (2018), no seu livro “No Enxame”, explica com assertividade esses efeitos: “O enxame digital não é nenhuma massa porque, nele, não habita nenhuma alma, nenhum espírito. A alma é aglomerante e unificante. O enxame digital consiste em indivíduos singularizados”. É justamente o ato de singularizar os indivíduos que permite sua maior exploração. Han (2020, p.36) salienta que a principal diferença entre a biopolítica e o que chama de psicopolítica reside no fato de que a “biopolítica, que usa as estatísticas demográficas, não possui acesso ao psíquico. Ela não fornece um psicograma da população”, enquanto a psicopolítica torna possível “expor e explorar a psique até o inconsciente”. O autor, em seguida, vai mais longe:

A técnica de poder do regime neoliberal forma o ponto cego da analítica do poder de Foucault. Ele não reconhece que o regime neoliberal de dominação se apropria completamente das tecnologias do eu, nem que a otimização permanente de si como técnica de si neoliberal não seja nada mais do que uma forma eficiente de dominação e exploração (Han, 2020, p. 43)

Há, portanto, um grande indício de que através da psicopolítica o investimento no outro é retraído e o indivíduo presente no mundo virtual é cada vez mais singularizado. Percebe-se que o distanciamento metafísico defendido pelo positivismo lógico, ao contrário do que previa Wittgenstein em seus esforços de garantir uma linguagem lógica e universal, pode não aproximar os indivíduos, mas aumentar a distância entre eles: o “enxame” auxilia no bloqueio do reconhecimento mútuo e a superficialidade da comunicação online predomina nas relações sociais, garantindo-se, através de uma psicopolítica que opera no RI dominante uma enorme exploração da autonomia individual em função da lógica capitalista.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se argumentar que a falsa sensação de liberdade apresentada acima, junto aos moldes capitalistas contemporâneos são pautados pela redução dos indivíduos às suas representações em dados, e que se sustentam em decorrência de uma forma de alienação promovida para obscurecer as verdadeiras motivações do modelo socioeconômico dominante. A informação, nesse contexto, é tratada como mercadoria, passível de quantificação e manipulação. Ao obscurecer sua essência qualitativa e semântica, reflete a hegemonia da uma abordagem quantitativa, “representativa” da informação, que junto à configuração dos elementos essenciais ao regime de informação proporcionam maior facilidade para uma objetificação do sujeito, tornando-o submisso a lógicas que buscam racionalmente prever seu comportamento e controlá-lo.

Através dos conceitos trabalhados no desenvolvimento desta pesquisa, foi possível identificar uma base conceitual que sustenta filosófica e cientificamente as relações intrínsecas entre a organização da informação, sua manipulação (hoje, principalmente em aparelhos tecnológicos) e seu uso subsequente, à serviço de atores hegemônicos na manutenção e consolidação dessa estrutura. Com efeito, a informação torna-se um recurso instrumental e econômico àqueles que detém os monopólios de dados, tratados aqui como informação quantitativa. Em vias de questionar e repensar esse modelo, é imperativa a adoção de políticas de informação mais inclusivas e transparentes, que considerem não somente suas entidades numéricas, mas também os valores subjetivos, sociais e culturais dos processos informacionais, tratados aqui como informação qualitativa.

A informação digital não traz consigo todas as dimensões da analógica, ela é excludente e redutora por natureza. Uma abordagem mais holística relacionada ao tratamento da informação promoveria um entendimento pautado pela totalidade, um uso ético e humano da informação, capaz de mitigar sua instrumentalização excessiva. A busca por um questionamento do regime de informação dominante demanda uma postura crítica contínua e incessante, que busque contemplar epistemologicamente a totalidade das relações sociais envolvidas.

Para Sócrates, a chave do conhecimento estava no discurso, na interação dialógica. Na ciência da informação, a preservação, organização e comunicação do conhecimento requerem um esforço similar, em um caminho de maior valorização das dimensões semânticas e qualitativas da informação. É essencial que se busque um equilíbrio entre as abordagens quantitativas e qualitativas, reconhecendo a importância do significado e do contexto, especialmente na era digital. Assim, estaremos transitando e utilizando em benefício da resolução dos novos problemas informacionais que surgiram na sociedade em rede, duas dimensões presentes na Ciência da Informação desde a sua origem, a tecnológica e a social.

## REFERÊNCIAS

BARBOTIN, Edmond. **The humanity of man**. Traduzido para o inglês por Matthew J. O'Connell. New York: Orbis Books, Maryknoll, 1975.

BEZERRA, Arthur Coelho. Regime de informação e luta de classes: reconstrução de um conceito à luz da crítica da economia política. **Ci. Inf. Rev**, Maceió, v.10, n.1/3, p. 1-14, 2023. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/17074>. Acesso em: 09 jul. 2024.

BEZERRA, Arthur Coelho; SALDANHA, Gustavo. Sobre Comte, Durkheim e Tarde em Otlet: o papel do positivismo na consolidação dos estudos de informação. *In*: ALBAGLI, Sarita et. al. **Fronteiras da ciência da informação**. Rio de Janeiro: Ibict, 2013. p. 36-58.

BRAMAN, S. **The emergent global information policy regime**. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. Tradução: Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1988.

CASSIRER, Ernst. **Language and Myth**. Traduzido para o inglês por: Suzanne N. Langer. 1. ed. New York: Dover Publications, 1953.

DURANT, Will. **História da filosofia**: vida e ideias dos grandes filósofos. Tradução: Godofredo Rangel e Monteiro Lobato. 10. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

FREIRE, Gustavo. O regime de informação da comunidade científica: uma abordagem. **Inf. Inf**, Londrina, v. 26, n. 4, p. 175-199, out/dez, 2021. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/44751>. Acesso em: 05 jul. 2024.

FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, volume XVIII**. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. **Ciência da Informação**. Rio de Janeiro, RJ, v.22, n. 3. 1993. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/479>. Acesso em: 24 jun. 2024.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 7-31, 1999. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/41753>. Acesso em: 22 set. 2023.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. 13. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

MARCONDES, Danilo, JAPIASSU, Hilton. **Dicionário básico de filosofia**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

MONDIN, Battista. **O homem, quem é ele?** Traduzido por R. Leal Ferreira e M. A. S. Ferrari. São Paulo: Edições Paulinas, 1982.

MOROZOV, Evgeny. **Big tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: UBU Editora, 2018.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e novas técnicas de poder. Tradução: Maurício Liesen. 7. ed. Belo Horizonte: Âyiné, 2020

HAN, Byung-Chul. **No enxame**: perspectivas do digital. Tradução: Lucas Machado. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2018

NIETZSCHE, Friedrich. **A filosofia na idade trágica dos gregos**. Tradução: Gabriel Valladão Silva. 1. ed. Porto Alegre: L&PM, 2011.

PIMENTA, Ricardo Medeiros. De Narciso ao mundo-imagem: por uma urgência de uma perspectiva crítica sobre a cena informacional contemporânea. *In*: CASTRO, Paulo César;

SALDANHA, Gustavo. **Ciência da Informação**: sociedade, crítica e inovação. Rio de Janeiro: Ibict, 2022. p. 153-169.

PLATÃO. **Fedro** (ou do belo). Tradução: Edson Bini. 1.ed. São Paulo: Edipro, 2012

RUSSELL, Bertrand. **Pensamento ocidental**: a aventura dos pré-socráticos a Wittgenstein. Tradução: Laura Alves e Aurélio Rebello. 6. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002

SFEZ, Lucien. **A comunicação**. Tradução: Marcos Marcionilo. 1. ed. São Paulo: Martins, 2007.

SHANNON, Claude, WEAVER, Weaver. **The mathematical theory of communication**. Illinois: University of Illinois Press, 1964.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O conceito de tecnologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005

WILDEN, Anthony. Comunicação. *In*: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2001. v. 34.